

Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 69

Daniel Couri

Diretor-Executivo

Vilma Pinto

Diretora

Relatório completo [aqui](#)

Brasília, 19 de outubro de 2022

- Banco Central encerrou o ciclo de elevação da taxa Selic iniciado em março de 2021.
- Dados preliminares indicam queda real de 0,4% nas receitas administradas em setembro ante setembro de 2021.
- No pior cenário considerado para 2023, deficit primário da União poderá alcançar 1,0% do PIB.
- Ainda no pior cenário, dívida bruta subiria de 77,3% do PIB em 2022 para 80,7% em 2023.
- Taxas de emissões dos títulos públicos recuaram pelo terceiro mês em setembro.
- Custo médio da dívida pública registrou queda em agosto.
- Maioria dos projetos de lei para financiar o piso da enfermagem ainda está em fase inicial de tramitação.
- Projeções atuais do governo mostram superavit primário, decorrente de avanço significativo nas receitas.
- Impacto fiscal efetivo do aumento de gastos primários para 2022 e 2023 ainda merecem atenção.

- FMI avalia que as perspectivas para a economia global pioraram para o próximo ano.
- O PIB mundial deve desacelerar de 6,0% em 2021 para 3,2% em 2022 e 2,7% em 2023.

PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO REAL E INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR NO *WORLD ECONOMIC OUTLOOK* DO FMI (OUTUBRO)

	PIB real (var. %)			Inflação ao consumidor (var. %)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Mundo	6,0	3,2	2,7	6,4	9,1	5,1
Economias avançadas	5,2	2,4	1,1	5,2	7,0	3,2
Estados Unidos	5,7	1,6	1,0	7,4	6,4	2,3
Área do Euro	5,2	3,1	0,5	5,0	8,8	4,5
Reino Unido	7,4	3,6	0,3	5,4	11,3	6,3
Economias emergentes	6,6	3,7	3,7	7,3	10,6	6,4
China	8,1	3,2	4,4	1,8	2,7	1,8
Brasil	4,6	2,8	1,0	10,1	6,0	4,7

Fonte: FMI (World Economic Outlook Database). Elaboração: IFI.

- Indicadores consolidados da atividade econômica recuaram em agosto.
- Entre julho e agosto, o IBC-Br apresentou contração de 1,1%, enquanto o Monitor do PIB recuou 0,7% na mesma comparação.

INDICADORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Indicadores	MoM		QoQ		12m	Carry-over		
	jul/22	ago/22	jul/22	ago/22	ago/22	3T	2022	2023
Produção industrial	0,3%	-0,6%	0,6%	0,1%	-2,7%	0,0%	-0,5%	-0,5%
Vendas no varejo ampliado	-0,8%	-0,6%	-1,6%	-2,6%	-2,0%	-2,4%	-1,2%	-1,3%
Volume de serviços	1,3%	0,7%	1,9%	2,3%	8,9%	2,5%	7,7%	1,7%
Monitor do PIB (FGV)	0,5%	-0,7%	0,2%	0,1%	2,3%	0,2%	2,6%	0,3%
IBC-Br	1,7%	-1,1%	0,9%	1,2%	2,1%	1,3%	2,8%	0,6%

Fonte: IBGE, FGV e Banco Central. Elaboração: IFI.

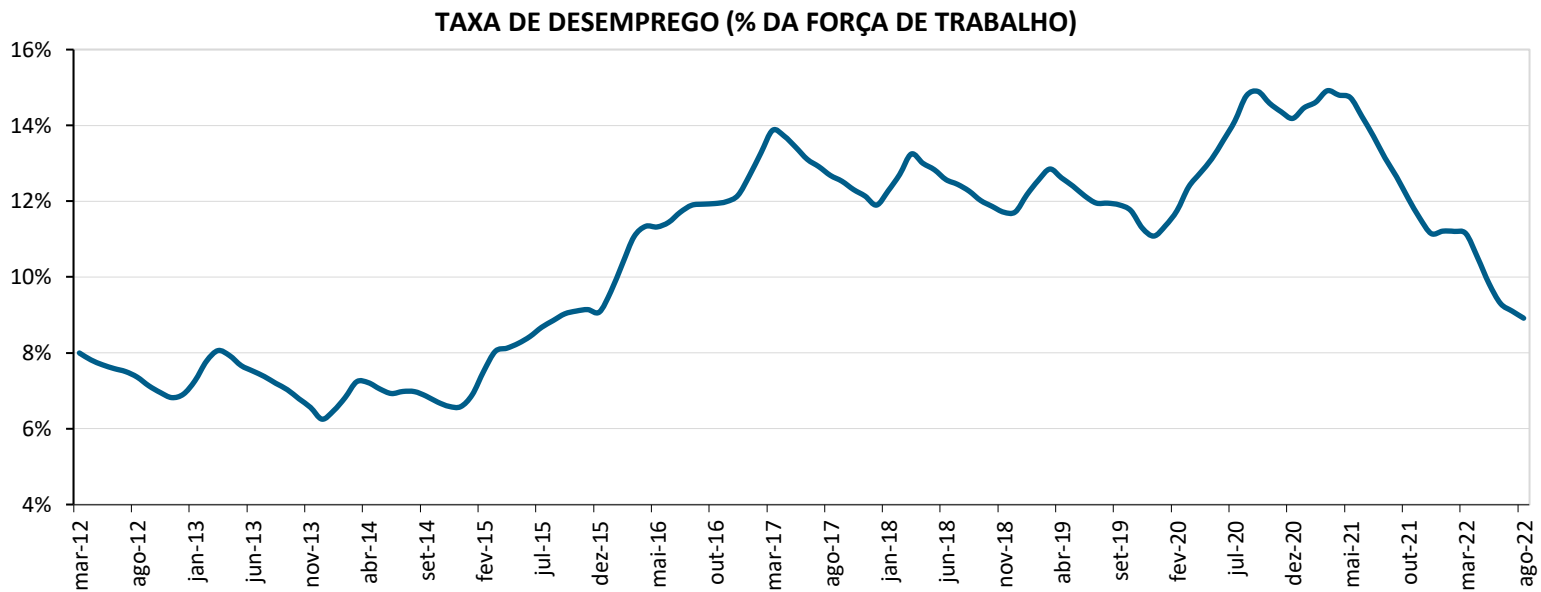
- PIB deve crescer 2,6% em 2022, desacelerando para 0,6% em 2023.
- O cenário alternativo prevê crescimento de 1% incorporando a possibilidade de prorrogação da desoneração de combustíveis e o aumento de R\$ 200 reais no Auxílio Brasil para 2023.

PARÂMETROS MACROECONÔMICOS 2022 E 2023 (CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO)

Projeções da IFI	2022	2023	
	Base	Base	Alternativo
PIB nominal (R\$ bilhões)	9.752	10.340	10.366
PIB – crescimento real (%)	2,6	0,6	1,0
Deflator implícito do PIB (%)	9,5	5,4	5,2
IPCA – acumulado (%)	5,8	4,8	4,6
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,20	5,27	5,39
Selic – fim de período (% a.a.)	13,75	11,00	12,00

Fonte: IFI.

- Taxa de desemprego segue trajetória de recuperação alcançando 8,9% da força de trabalho no trimestre encerrado em agosto.
- No acumulado do ano a taxa recuou 4,2 p.p.



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

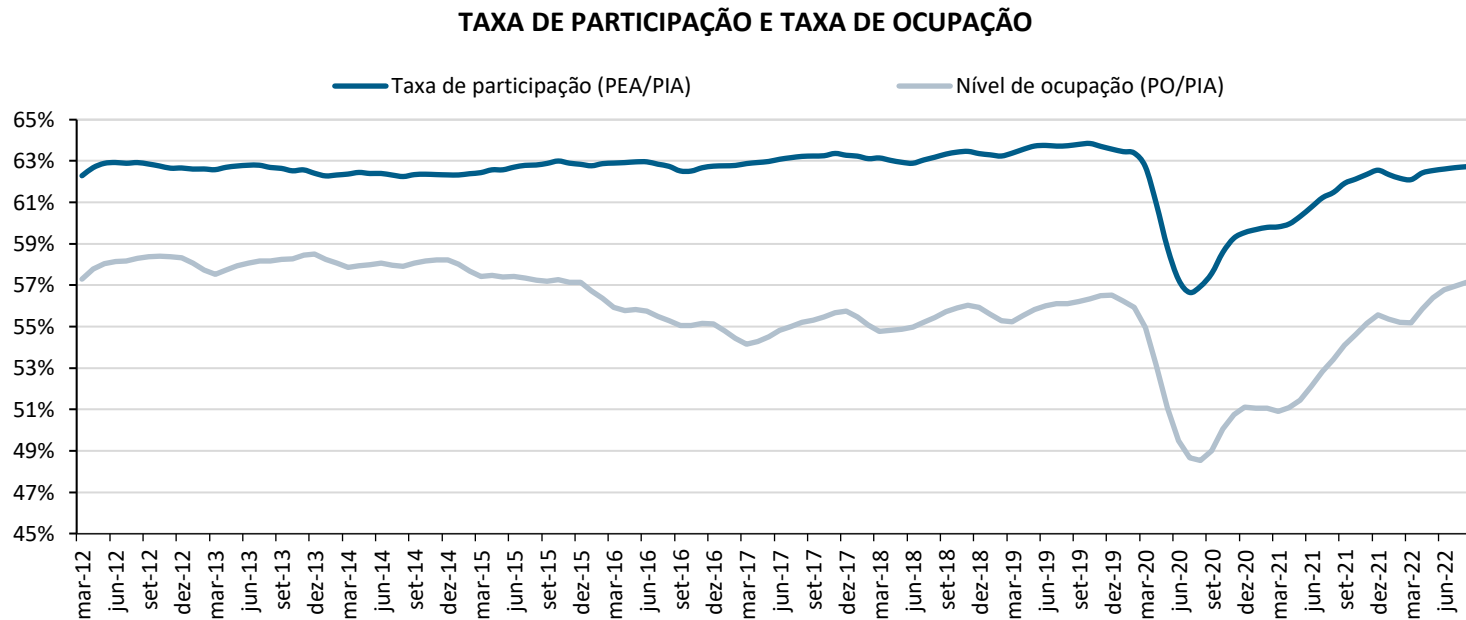
- Recuperação do emprego é impulsionada pelas contratações do lado formal da economia.
- Os segmentos informais cresceram 5,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, já o emprego formal avançou 9,5% no período.

INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

	Valores (milhões)			Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
	ago/20	ago/21	ago/22	ago/20	ago/21	ago/22
A - População em idade ativa	170,1	171,8	173,3	1,0%	1,0%	0,9%
A.1 - População fora da força de trabalho	73,2	66,2	64,6	19,9%	-9,7%	-2,3%
A.2 - População na força de trabalho	96,9	105,6	108,7	-9,7%	9,0%	2,9%
A.2.1 - População desocupada	14,3	13,9	9,7	11,7%	-3,1%	-30,1%
A.2.2 - População ocupada	82,6	91,7	99,0	-12,6%	11,1%	7,9%
População ocupada no mercado informal	31,1	37,2	39,3	-19,7%	19,7%	5,7%
População ocupada no mercado formal	51,5	54,5	59,7	-7,7%	5,9%	9,5%
Taxa de desemprego (A.2.1/A.2)	14,8%	13,1%	8,9%	2,8 p.p.	-1,6 p.p.	-4,2 p.p.
Nível de ocupação (A.2.2/A)	48,5%	53,4%	57,1%	-7,6 p.p.	4,9 p.p.	3,7 p.p.
Taxa de participação (A.2/A)	57,0%	61,5%	62,7%	-6,8 p.p.	4,5 p.p.	1,2 p.p.

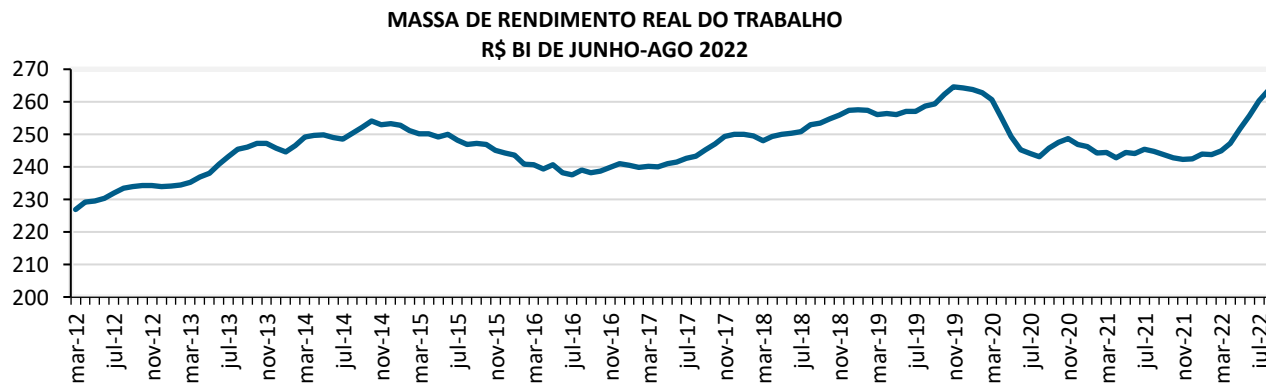
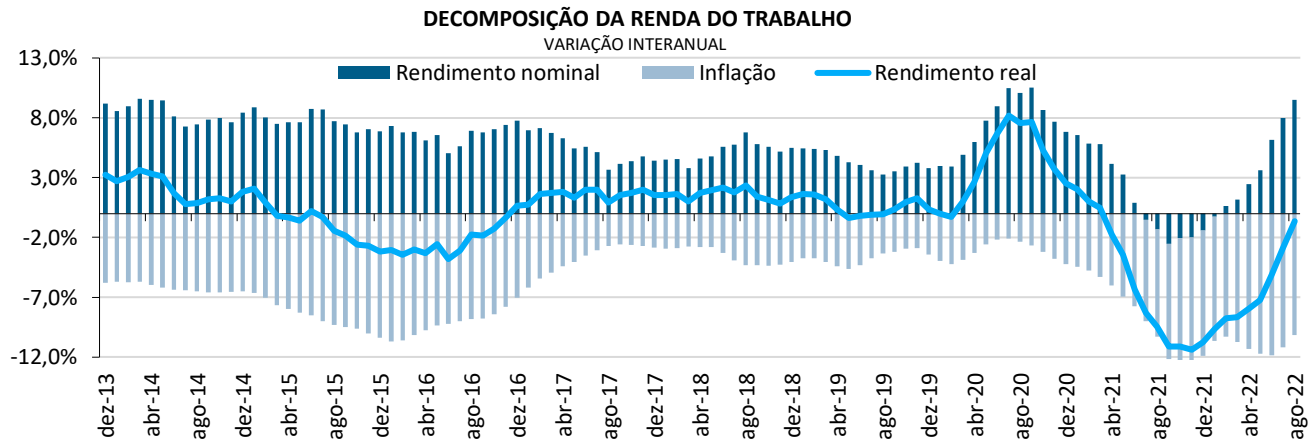
Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- No trimestre encerrado em agosto, a taxa de participação no mercado de trabalho alcançou 62,7%, aproximando-se lentamente do patamar pré-pandemia (63,4%).

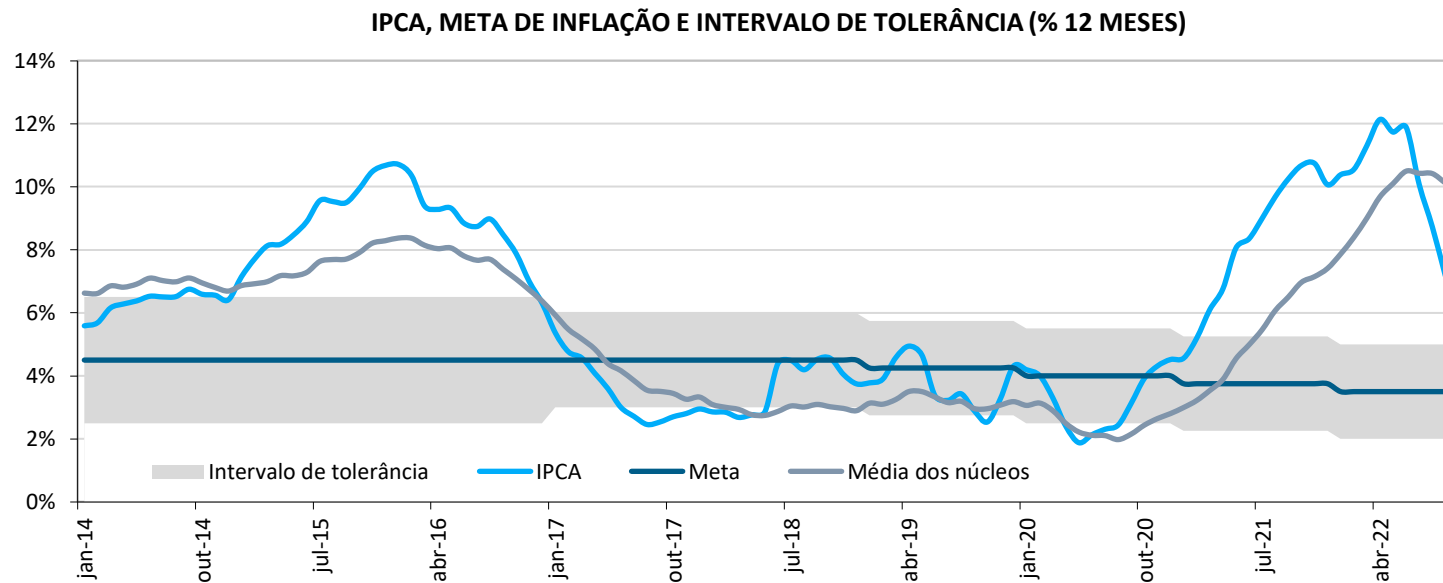


Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Melhora na inflação de curto prazo segue atenuando a queda nos rendimentos, que foi de 0,6% no trimestre encerrado em agosto, abaixo da queda apresentada no trimestre anterior (2,9%).
- Geração de empregos impulsiona massa salarial, que avançou 7,7% em termos reais no mesmo período.



- IPCA de setembro apresentou variação de -0,29%, enquanto a alta acumulada em 12 meses foi de 7,17%.
- Média dos núcleos, medidas que tentam tirar a influência de itens com maior volatilidade, recuou, mas segue pressionada.



Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração:IFI.

- Queda de 0,29% do IPCA em setembro configurou o terceiro mês consecutivo de deflação.
- Comportamento dos preços administrados contribuiu para a deflação de setembro, especialmente nos itens gasolina, energia elétrica residencial e telecomunicações.

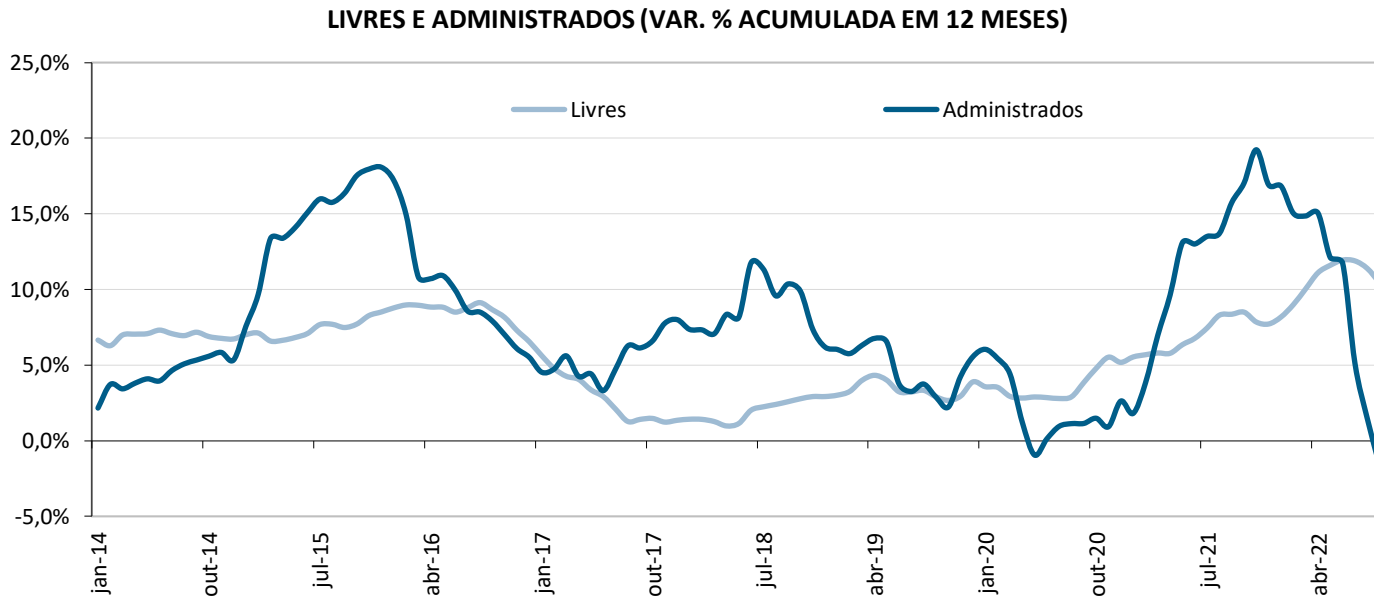
IPCA: VARIAÇÃO NO MÊS E EM 12 MESES

Inflação ao consumidor	No mês			12 meses		
	jul/22	ago/22	set/22	jul/22	ago/22	set/22
IPCA	-0,68%	-0,36%	-0,29%	10,07%	8,73%	7,17%
Preços administrados*	-4,35%	-2,55%	-1,21%	5,10%	1,46%	-1,67%
Gasolina	-15,48%	-11,64%	-8,33%	5,64%	-9,20%	-18,65%
Energia elétrica residencial	-5,78%	-1,27%	0,78%	-10,77%	-12,86%	-17,52%
Preços livres	0,65%	0,39%	0,02%	11,89%	11,39%	10,44%
Alimentação no domicílio	1,47%	0,01%	-0,86%	17,49%	15,62%	13,28%
Serviços	0,80%	0,28%	0,40%	8,87%	8,75%	8,50%
Industrializados	-0,11%	0,82%	0,05%	12,83%	12,60%	11,50%
Média dos núcleos	0,53%	0,66%	0,41%	10,43%	10,42%	10,12%

Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: IFI.

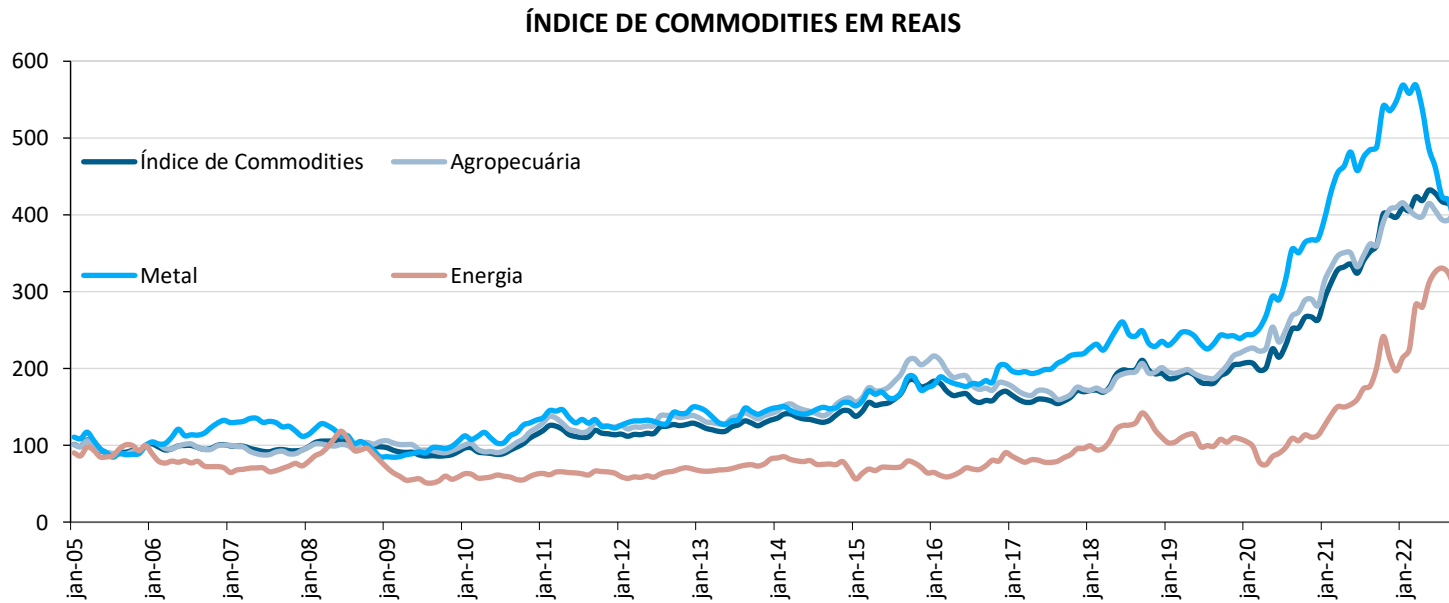
* Os preços administrados são compostos por mais de 20 itens. Gasolina e energia elétrica residencial têm maior peso.

- Preços livres desaceleraram em setembro afetados por alimentos e bens industriais.
- Maior pressão veio dos serviços (0,40%) e maior arrefecimento de alimentação no domicílio (-0,86%).



Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: IFI.

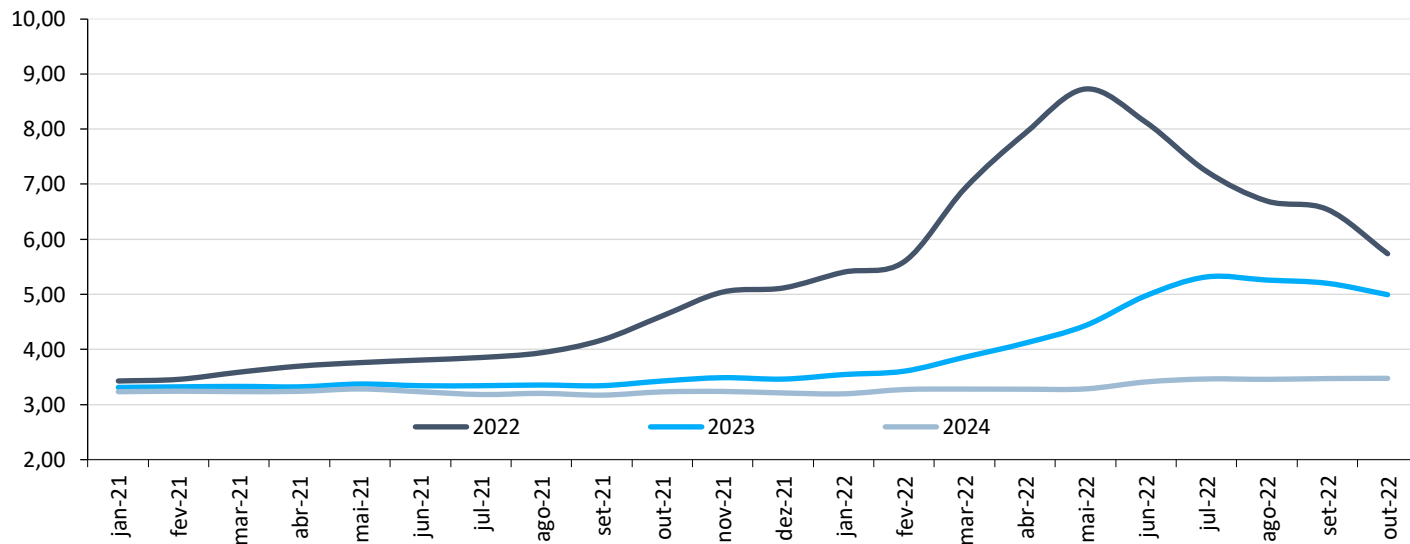
- Índice de commodities do Banco Central (IC-Br) caiu 1,38% em setembro ante agosto, mantendo trajetória de queda.
- No acumulado em 12 meses até setembro, IC-Br registrou alta de 13,44%.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Expectativas de inflação para 2022 e 2023 cederam nas últimas semanas, mantendo-se acima da meta para 2024
- Média das projeções da Pesquisa Focus, do Banco Central, indica inflação de 6,7% em 2022 e de 5,0% em 2023.

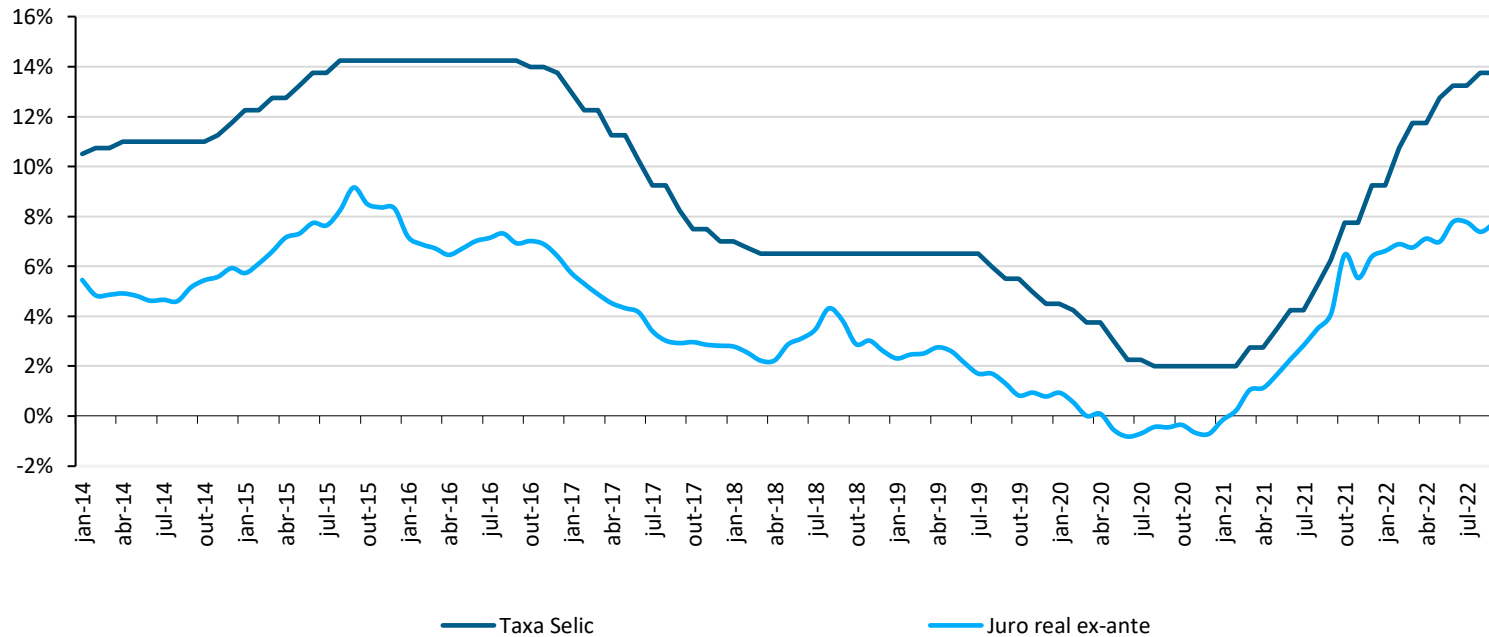
EXPECTATIVA FOCUS (MÉDIA) - IPCA (2022, 2023 E 2024)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Copom interrompeu ciclo de alta de juros ao manter a taxa Selic em 13,75% a.a.
- A taxa de juros real *ex-ante* permaneceu ao redor de 8% a.a. em setembro.

TAXA SELIC E TAXA DE JUROS REAL EX-ANTE



Fonte: Banco Central e IFI. Elaboração: IFI.

- Dividendos e exploração de recursos naturais continuaram a impulsionar a arrecadação em setembro.
- No acumulado de nove meses em 2022, a receita primária apresentou um aumento de 13,8% comparativamente ao mesmo período de 2021.
- Em setembro, receitas administradas apresentaram recuo real em relação ao mesmo mês do ano anterior, movimento explicado pela diminuição da arrecadação dos impostos federais como IPI, II e PIS/Pasep e Cofins.

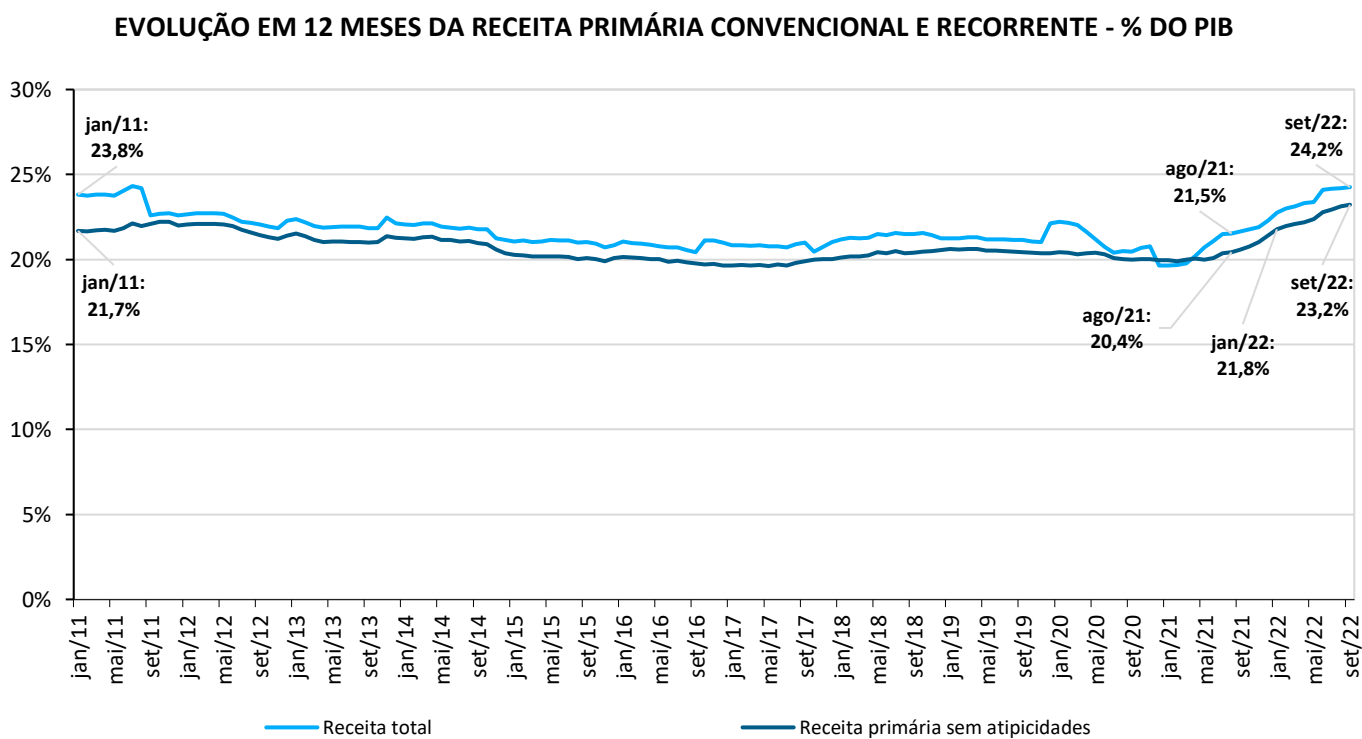
RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A SETEMBRO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

	Jan-Set/20			Jan-Set/21			Jan-Set/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Receita total	1.013,2	-13,7%	18,6%	1.370,4	25,9%	21,3%	1.722,6	13,8%	24,0%
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	626,5	-13,7%	11,5%	865,1	28,6%	13,5%	1.035,4	8,4%	14,4%
<i>Incentivos fiscais</i>	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%
<i>Receitas do RGPS</i>	266,5	-11,5%	4,9%	320,3	11,8%	5,0%	376,9	6,6%	5,3%
<i>Receitas não administradas</i>	120,4	-17,7%	2,2%	185,0	43,0%	2,9%	310,4	51,6%	4,3%
Transferências	187,0	-10,7%	3,4%	252,3	25,5%	3,9%	335,3	20,3%	4,7%
Receita líquida	826,1	-14,3%	15,1%	1.118,2	26,0%	17,4%	1.387,3	12,4%	19,4%
Receita total sem atipicidades*	1.073,8	-5,5%	19,7%	1.319,5	14,4%	20,5%	1.649,9	13,2%	23,0%
Receita líquida sem atipicidades*	886,8	-4,3%	16,3%	1.067,2	12,0%	16,6%	1.314,7	11,5%	18,3%
PIB (R\$ bi correntes)	5.456,3			6.421,7			7.166,1		

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

- Recuo no preço das commodities iniciado em junho deverá produzir um arrefecimento na arrecadação nos próximos meses.
- Na comparação em 12 meses até setembro, a receita primária convencional alcançou 24,2% do PIB, enquanto a receita recorrente somou 23,2% do PIB.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Revisão na projeção do PIB da IFI e queda na arrecadação realizada em setembro explicam o recuo na projeção de receitas.
- Receitas não administradas devem cair em 2023 em razão do recuo do preço do petróleo no mercado internacional .

COMPARATIVO DE PROJEÇÕES DE RECEITAS DA IFI PARA DIFERENTES CENÁRIOS

	2022		2023	
	Base	Alternativo	Base	Alternativo
1. Receita primária total	2.322,5	2.322,6	2.316,0	2.246,8
Receitas administradas	1.400,0	1.400,0	1.470,4	1.399,8
Arrecadação líquida para o RGPS	537,2	537,2	558,6	560,0
Receitas não administradas	385,4	385,4	287,0	287,0
2. Transferências por repartição de receita	459,1	459,1	468,4	445,9
3. Receita primária líquida [1-2]	1.863,4	1.863,5	1.847,6	1.800,9

Fonte: IFI.

- Despesa primária do governo central deve ter crescimento nominal de 12,3% em 2022.
- Gastos relacionados a pandemia cairão, embora compensados pela EC nº 123 e pelo pagamento da sentença judicial referente ao aeroporto Campo de Marte.

DESPESA PRIMÁRIA – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2021 Realizado	2022 Projeção IFI	Variação	
			R\$ bilhões	%
Despesa Primária	1.614,2	1.812,6	198,4	12,3
Obrigatórias	1.490,3	1.658,8	168,5	11,3
Previdência (RGPS)	709,6	792,2	82,6	11,6
Pessoal	329,3	337,4	8,1	2,5
Abono Salarial e Seguro Desemprego	45,9	63,2	17,3	37,8
BPC	67,7	78,7	11,0	16,3
Bolsa Família	25,8	97,6	71,8	278,3
Demais obrigatórias	312,0	289,6	-22,4	-7,2
Discrecionárias (Executivo)	123,9	153,8	29,9	24,1
<i>Memo:</i>				
<i>Enfrentamento da covid-19, EC 123 e Campo de Marte</i>	<i>121,4</i>	<i>83,3</i>	<i>-38,1</i>	<i>-31,4</i>
<i>Demais</i>	<i>1.492,7</i>	<i>1.729,2</i>	<i>236,5</i>	<i>15,8</i>

Fonte: Tesouro (2021) e IFI (2022). Elaboração: IFI.

- Despesa primária total atingiu R\$ 1.353,8 bilhões no acumulado de 2022 até setembro.
- Gastos com abono salarial e seguro-desemprego cresceram 31,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciados pela alteração no calendário de pagamentos.

DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A SETEMBRO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

Discriminação	Jan-Set/20			Jan-Set/21			Jan-Set/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Despesa total	1.503,6	44,9%	27,6%	1.199,7	-25,9%	18,7%	1.353,8	2,2%	18,9%
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	509,2	8,3%	9,3%	545,6	-0,5%	8,5%	610,7	1,3%	8,5%
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	233,4	-0,2%	4,3%	240,4	-4,2%	3,7%	246,1	-7,3%	3,4%
<i>Abono e seguro-desemprego</i>	48,1	11,6%	0,9%	37,2	-27,5%	0,6%	54,0	31,1%	0,8%
<i>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</i>	46,9	2,3%	0,9%	50,9	0,8%	0,8%	59,0	5,0%	0,8%
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	342,8	-	6,3%	95,9	-74,2%	1,5%	27,9	-73,4%	0,4%
<i>Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha</i>	7,5	-11,2%	0,1%	5,8	-27,9%	0,1%	3,1	-51,4%	0,0%
<i>Fundeb</i>	12,5	1,8%	0,2%	15,1	13,1%	0,2%	24,5	46,4%	0,3%
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	21,9	45,9%	0,4%	17,9	-24,5%	0,3%	15,9	-20,2%	0,2%
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	29,0	175,2%	0,5%	5,2	-83,0%	0,1%	14,1	143,0%	0,2%
Obrigatórias	1.431,8	48,5%	26,2%	1.128,4	-26,8%	17,6%	1.238,5	-0,6%	17,3%
Obrigatórias com controle de fluxo	92,6	-11,5%	1,7%	101,6	2,1%	1,6%	160,7	43,1%	2,2%
Discricionárias	71,8	-2,1%	1,3%	71,3	-8,2%	1,1%	115,4	46,6%	1,6%
Despesa total sem atipicidades*	1.042,3	0,5%	19,1%	1.083,3	-3,4%	16,9%	1.289,2	7,8%	18,0%
PIB (R\$ bi correntes)	5.456,3			6.421,7			7.166,1		

* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

Fonte: SIGA Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

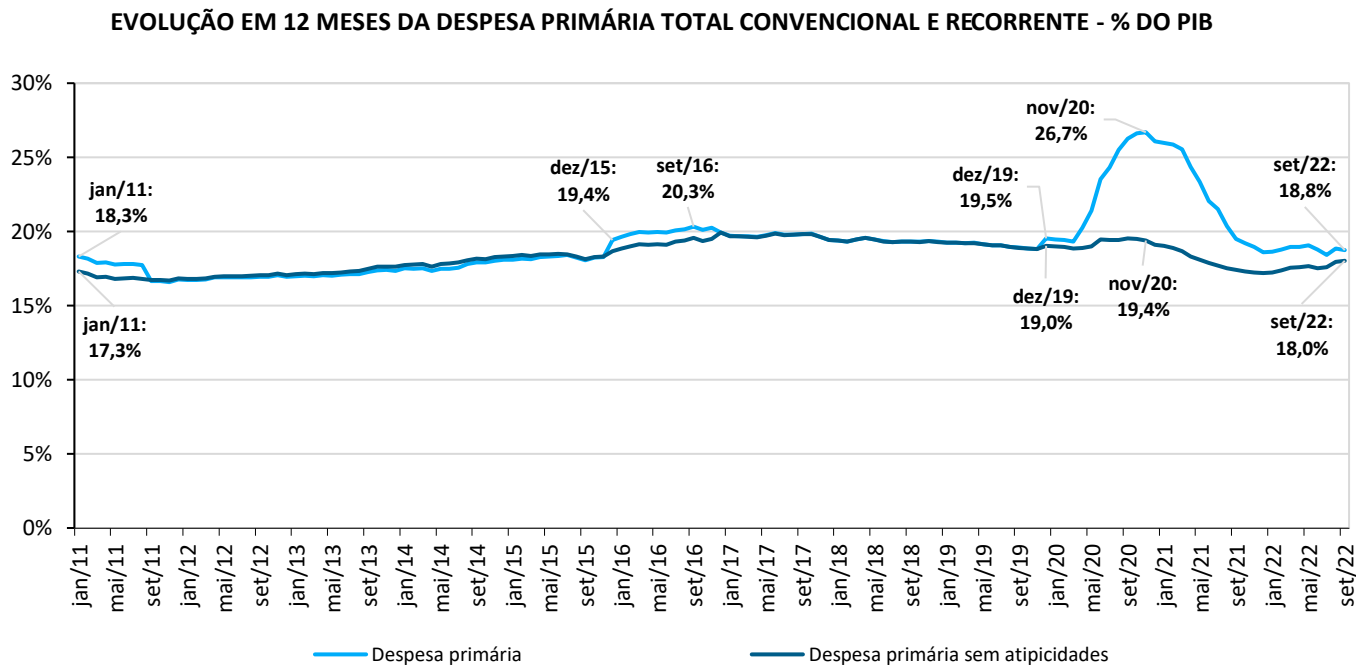
- Pagamento do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600 reais em 2023 ainda não tem previsão legal.
- Revisão para baixo do IPCA implica um teto de gastos menor para a União em 2023.

PROJEÇÕES DE DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022		2023	
	Base	Alternativo	Base	Alternativo
Despesa total	1.812,6	1.812,6	1.852,1	1.852,1
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	792,2	792,2	863,1	863,1
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	337,4	337,4	370,9	370,9
<i>Abono e seguro-desemprego</i>	63,2	63,2	67,2	67,3
<i>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</i>	78,7	78,7	84,9	84,9
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	53,1	53,1	2,0	2,0
<i>Fundeb</i>	34,3	34,3	40,0	40,0
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	18,1	18,1	24,7	24,7
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	19,3	19,3	19,8	19,8
Obrigatórias	1.658,8	1.658,8	1.739,7	1.739,8
Obrigatórias com controle de fluxo	223,3	223,3	233,5	233,5
Discricionárias	153,8	153,8	112,4	112,3

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Despesa primária total alcançou 18,8% do PIB em setembro, já a despesa primária recorrente situou-se em 18% do PIB, indicando que a despesa segue controlada.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

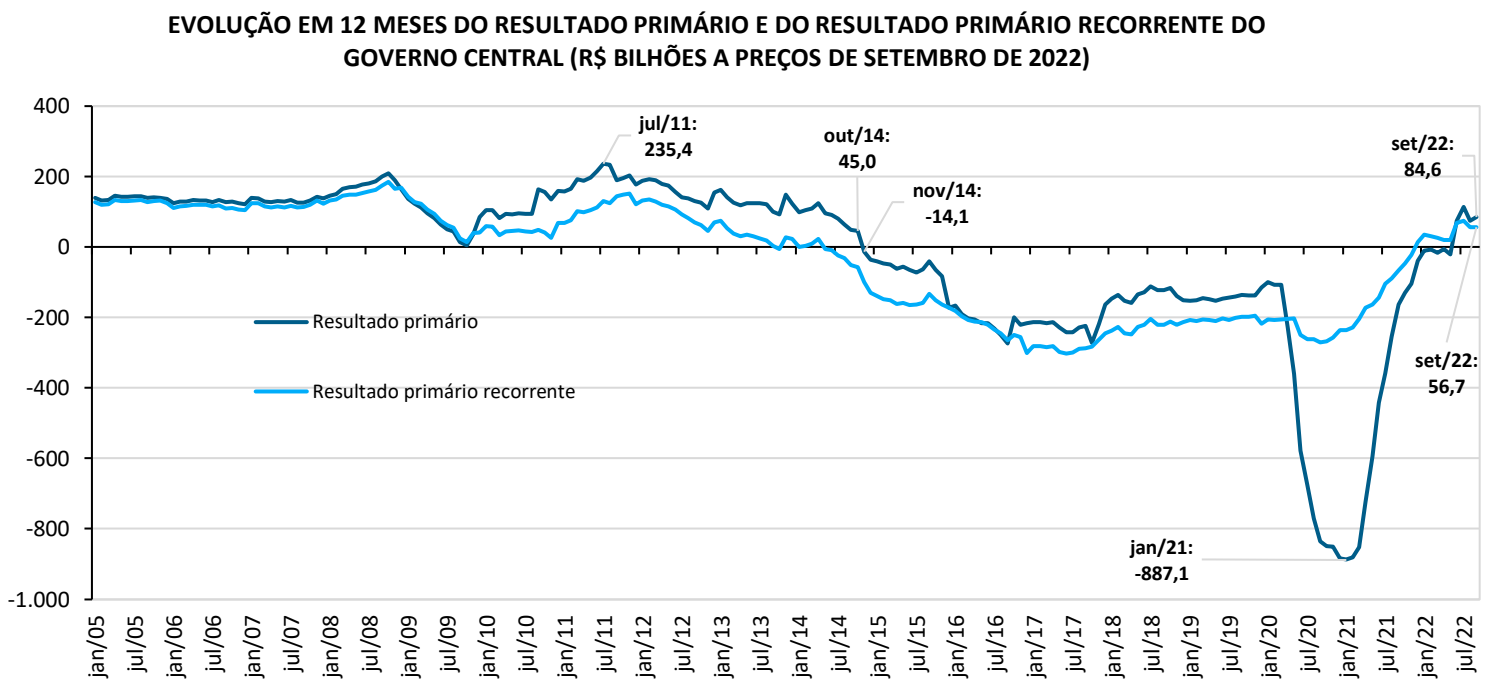
- Piora no resultado primário em 2023 ocorreria em função da diminuição da receita e no aumento da despesa.
- No cenário alternativo, incorporando o Auxílio Brasil executado fora do teto, o deficit é projetado em R\$ 103 bilhões (1% do PIB).

PROJEÇÕES PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022		2023			
	Base		Base		Alternativo	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Receita líquida	1.863,4	19,1	1.847,6	17,9	1.800,9	17,4
Despesa primária	1.812,6	18,6	1.852,1	17,9	1.903,9	18,4
Resultado primário	50,9	0,5	-4,5	0,0	-103,0	-1,0

Fonte: IFI.

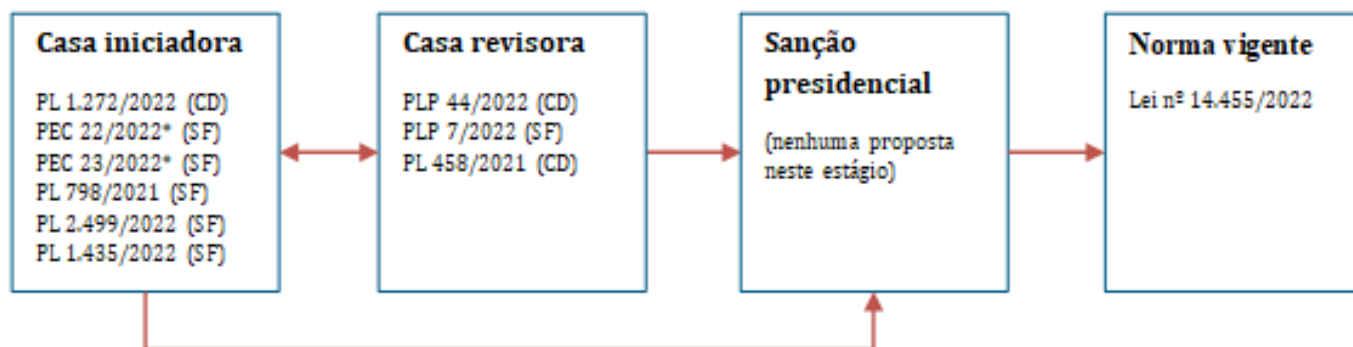
- Superavit primário convencional e recorrente refletem a melhora expressiva na arrecadação em 2022 e a diminuição com gastos no combate à pandemia.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Siga Brasil e Tesouro Gerencial. Elaboração: IFI.

- Indefinição quanto ao financiamento do piso da enfermagem impede estimação do impacto para 2023.
- No RAF nº 68, de setembro, IFI estimou que o impacto total do piso seria de R\$ 17,8 bilhões

ESTÁGIO DE TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS ASSOCIADAS AO PISO DA ENFERMAGEM



Elaboração: IFI.

CD = Câmara dos Deputados; SF = Senado Federal.

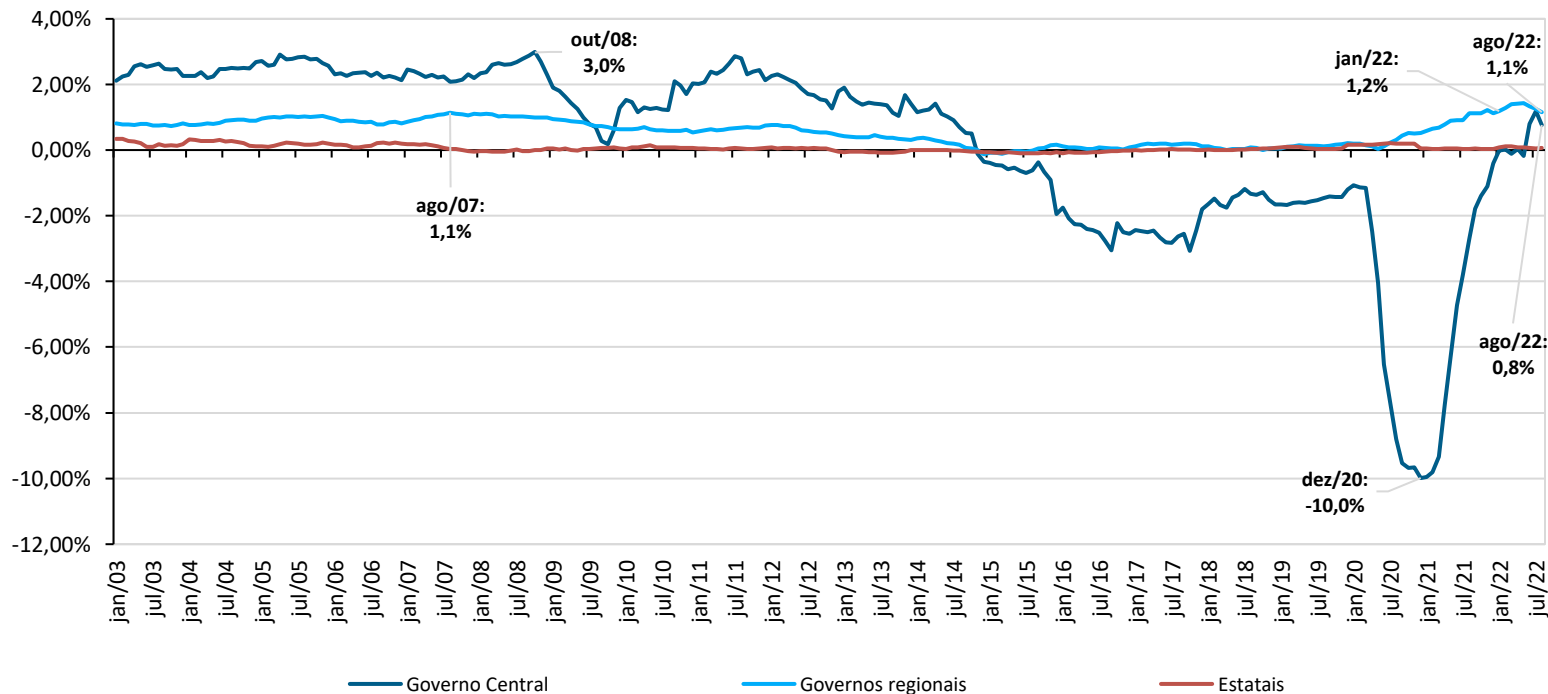
Para entender a tramitação de projetos de lei e correlatos, acesse: <https://www.camara.leg.br/entenda-o-processo-legislativo/>.

*Exceção: Propostas de Emendas à Constituição (PEC) não dependem da etapa de sanção presidencial, pois tais emendas são promulgadas pelo Congresso Nacional.

Breve descrição das propostas: PL 1.272/2022 – desoneração da folha de pagamentos para o setor de saúde; PEC 22/2022 – realocação de emendas de relator, já alocadas no Ministério da Saúde, para o pagamento do piso da enfermagem; PEC 23/2022 – aumenta a transferência da União para o Fundo de Participação dos Municípios; PL 798/2021 – reabertura do programa de repatriação de recursos no exterior; PL 2.499/2022 – descentralização dos recursos do excedente em óleo do pré-sal; PL 1.435/2022 – reajuste periódico da Tabela SUS. As demais proposições estão explicadas no texto.

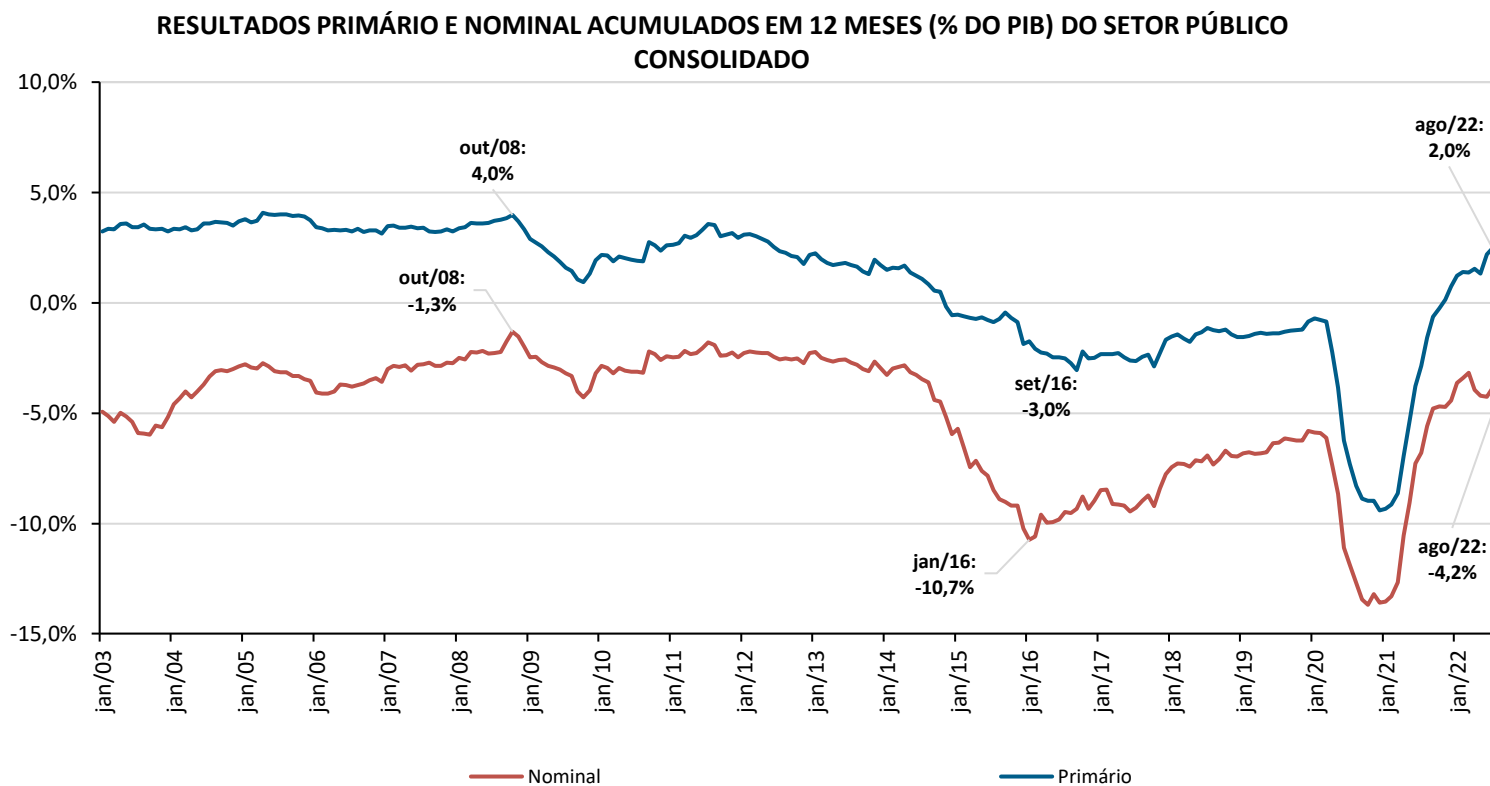
- Superavit primário em 12 meses dos entes subnacionais teve terceira queda consecutiva em agosto, situando-se em 1,1% do PIB.
- Inovações trazidas pela Lei Complementar n^o 194 devem continuar influenciando negativamente a arrecadação dos entes subnacionais.

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL, DOS GOVERNOS REGIONAIS E DAS EMPRESAS ESTATAIS, ACUMULADO EM 12 MESES - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Resultado nominal do setor público apresentou deficit de R\$ 392 bilhões no acumulado em 12 meses até agosto.
- Destaca-se o deficit nominal do governo central de 4,6% do PIB.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

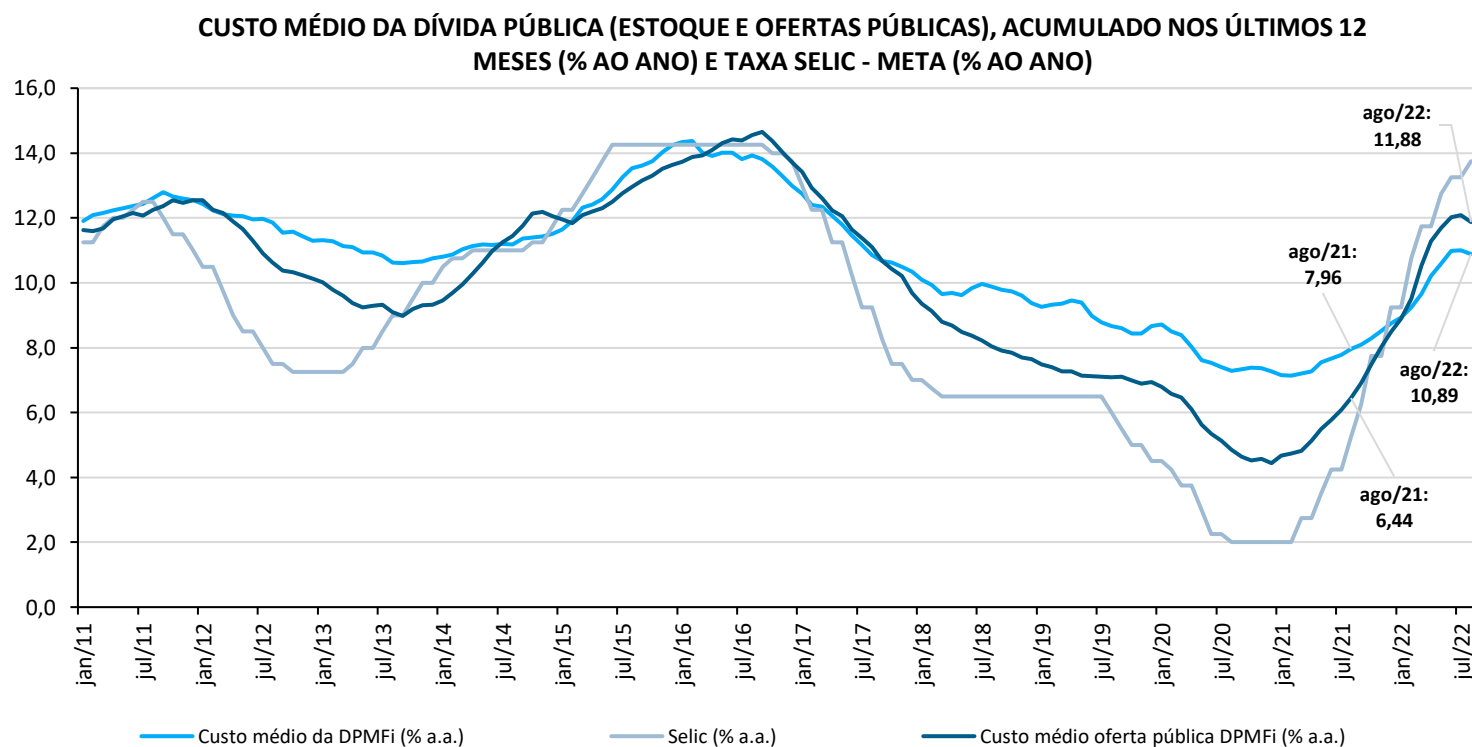
- Nos 12 meses encerrados em agosto, despesa de juros recuou marginalmente, de 6,4% do PIB para 6,2% do PIB.
- Aumento da inflação e elevação dos juros, importantes indexadores dos títulos públicos, deterioraram a situação da despesa com juros.

DESPESA DE JUROS NOMINAIS ACUMULADA EM 12 MESES (% DO PIB) DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

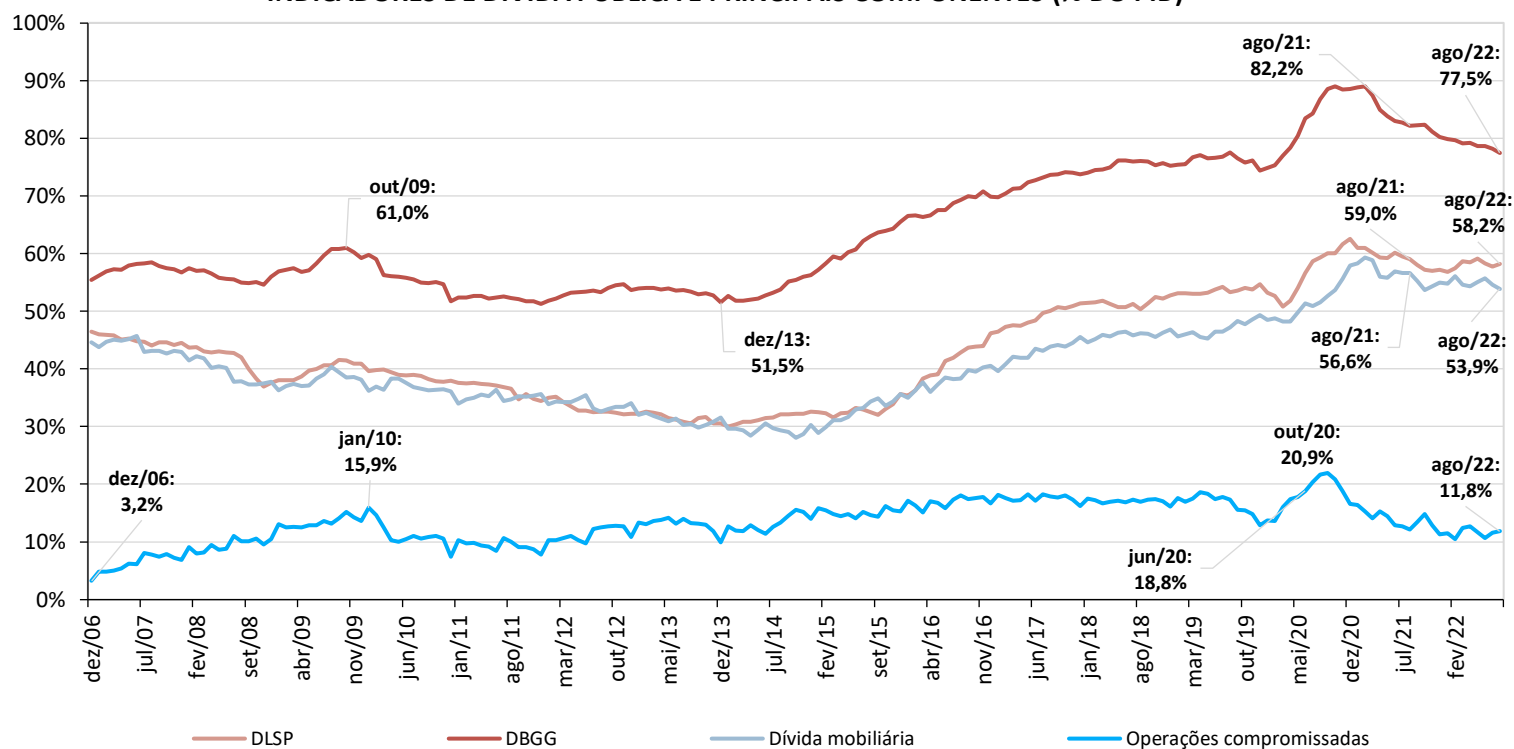
- Custo médio da dívida pública caiu em agosto conjuntamente com as taxas de emissões.
- Deflação observada nos últimos três meses contribuiu para a queda no custos dos títulos atrelados a índices de preços.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

- Dívida Líquida do Setor Público subiu em agosto impulsionada pela apropriação dos juros nominais, variação na cesta de moedas estrangeiras que compõem a dívida externa e apreciação cambial.
- Incremento do PIB é o fator determinante para a redução da dívida bruta em 2022, no acumulado de janeiro a agosto a DBGG caiu 2,8 p.p. do PIB.

INDICADORES DE DÍVIDA PÚBLICA E PRINCIPAIS COMPONENTES (% DO PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Projeção da IFI para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em 2023 no cenário base é de 79,2% do PIB, no cenário alternativo pode alcançar 80,7% principalmente pela piora no resultado primário.

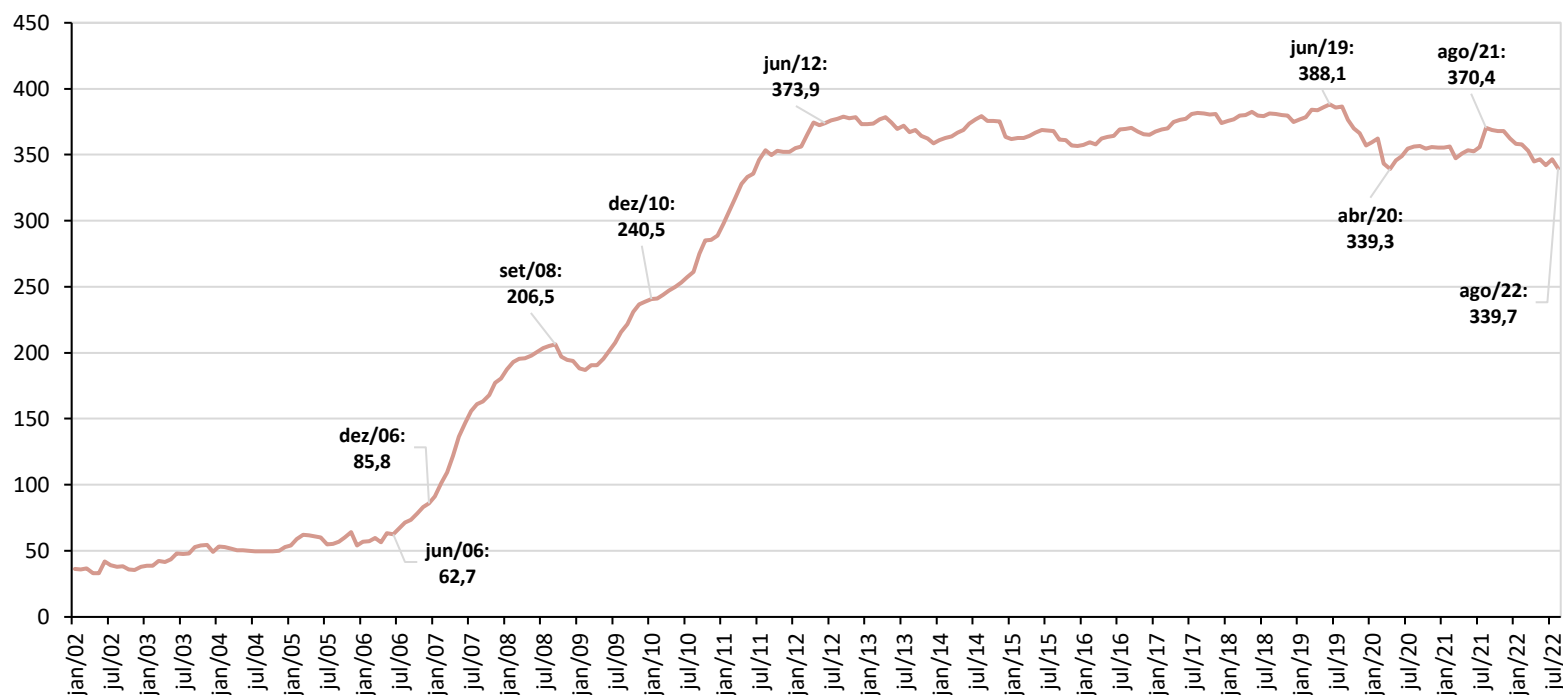
PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022	2023	
	Base	Base	Alternativo
Resultado primário do setor público consolidado	1,1%	0,0%	-1,0%
PIB nominal (R\$ bilhões)	9.751,56	10.339,82	10.366,19
PIB - cresc. real	2,6%	0,6%	1,0%
Deflator implícito do PIB	9,5%	5,4%	5,2%
Taxa implícita real	4,4%	3,6%	4,8%
DBGG (% do PIB)	77,3%	79,2%	80,7%

Fonte: IBGE, Banco Central. Elaboração: IFI.

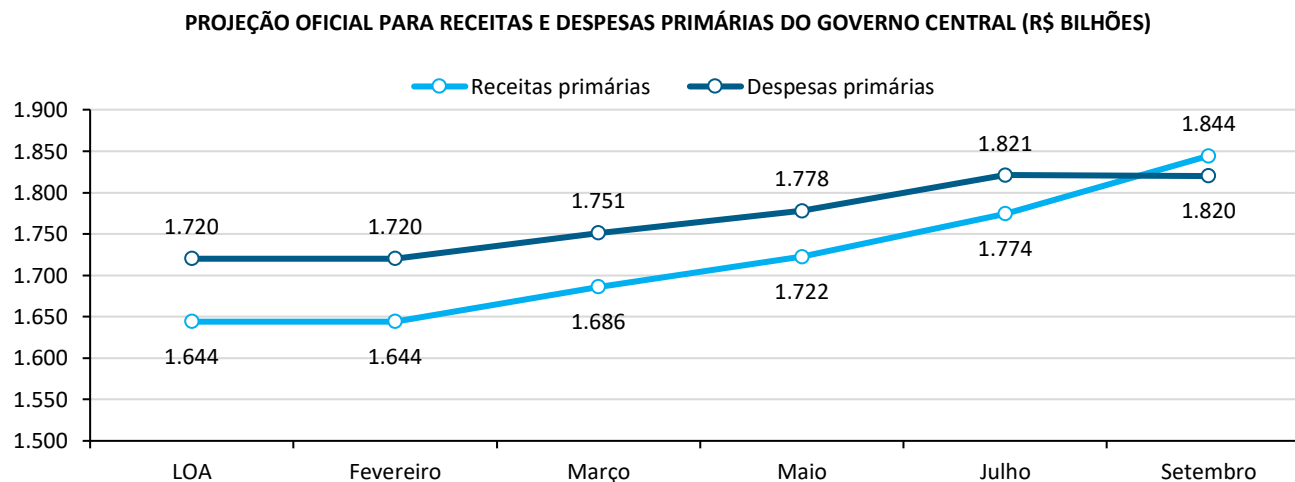
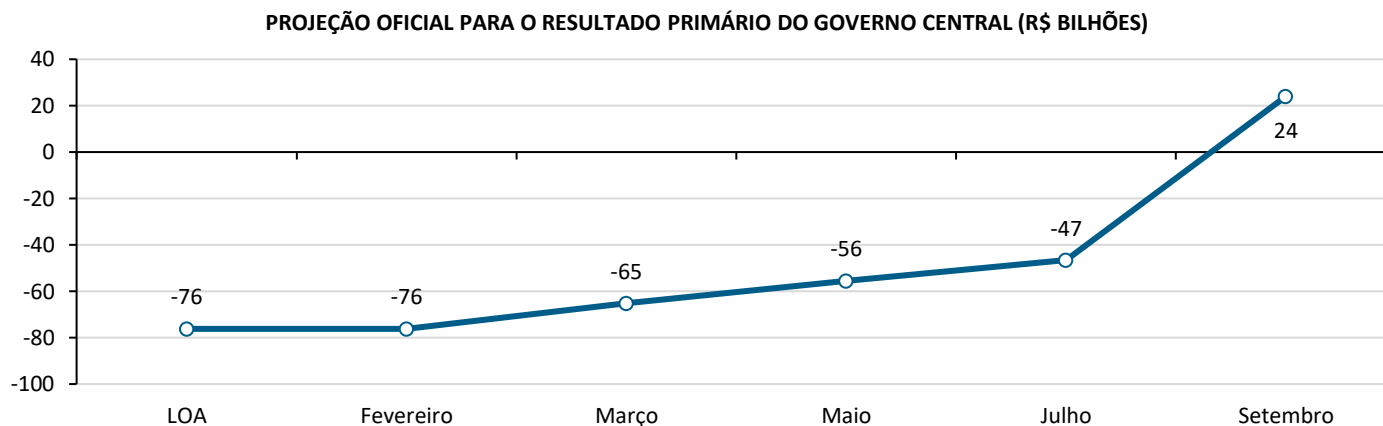
- Entre 2006 e 2012, o Brasil acumulou um volume significativo de reservas internacionais.
- Tal aumento é explicado pelo aumento do saldo de transações correntes e pela entrada de recursos no país pela conta capital e financeira do balanço de pagamentos.

RESERVAS INTERNACIONAIS (US\$ BILHÕES)



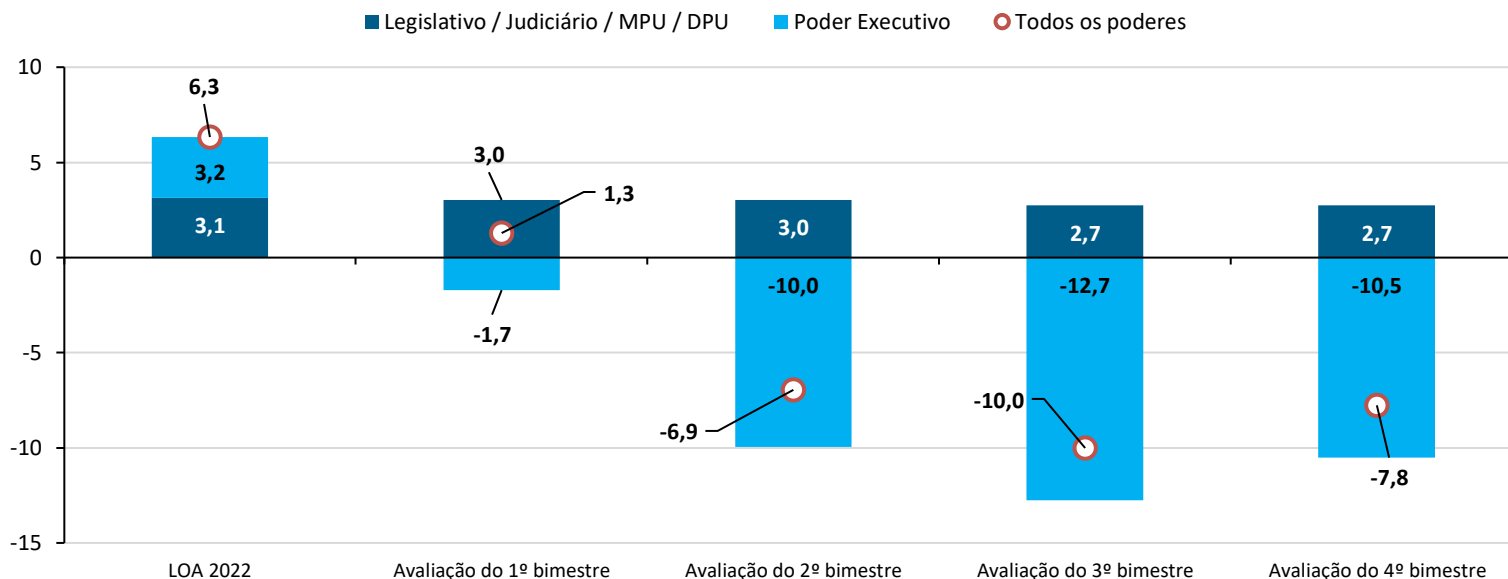
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- Revisão positiva na previsão de receitas fez com que a estimativa do governo fosse de um deficit de R\$ 76,2 bilhões para um superavit de R\$ 24 bilhões.
- Receitas vinculadas ao petróleo foram as principais responsáveis pela mudança na previsão, dividendos e participações saltaram de R\$ 26,3 bilhões para R\$ 80,5 bilhões.



- Mesmo com alterações no teto de gastos, a regra se mantém restritiva.
- Na avaliação do 4º bimestre de 2022, a necessidade de ajuste ficou em R\$ 10,5 bilhões, abaixo da necessidade do 3º bimestre, mas fora das expectativas iniciais da LOA 2022.

EVOLUÇÃO DA ESTIMATIVA ANUAL DE EXCESSO (+) / NECESSIDADE DE AJUSTE (-) DO TETO DE GASTOS (R\$ BILHÕES)



Fonte: LOA 2022, Decreto 10.961 e alterações. Elaboração IFI.

- Meta do resultado primário para 2022 deve ser cumprida com facilidade, meta inicial era um deficit de R\$ 170,5 bilhões, mas a previsão mais recente indica superavit de R\$ 24 bilhões.
- Prorrogação de gastos e benefícios tributários elevam o risco de descumprimento das regras fiscais para o próximo ano.

RESUMO DAS AVALIAÇÕES BIMESTRAIS

Discriminação	LOA		Decreto 11.019 (Março)		Decreto 11.086 (Maio)		Decreto 11.154 (Julho)		Decreto 11.216 (Setembro)	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
Receita Total (A)	2.030,5	21,3	2.118,0	22,0	2.167,1	22,3	2.226,1	22,9	2.308,3	23,9
Receita Administrada pela RFB, Exceto RGPS	1.288,9	13,5	1.285,6	13,3	1.332,1	13,7	1.342,6	13,8	1.393,6	14,4
Arrecadação Líquida para o RGPS	499,4	5,2	527,3	5,5	531,5	5,5	536,7	5,5	537,6	5,6
Receitas não administradas pela RFB	242,3	2,5	305,1	3,2	303,5	3,1	346,9	3,6	377,2	3,9
Transferências por repartição de receita (B)	386,4	4,1	431,9	4,5	444,7	4,6	451,8	4,6	464,0	4,8
Receita líquida (C = A - B)	1.644,1	17,2	1.686,1	17,5	1.722,4	17,7	1.774,4	18,2	1.844,3	19,1
Despesas primárias totais (D)	1.720,3	18,0	1.751,3	18,2	1.777,9	18,3	1.821,0	18,7	1.820,3	18,8
Benefícios Previdenciários	777,7	8,2	778,1	8,1	788,7	8,1	789,6	8,1	795,3	8,2
Pessoal e Encargos Sociais	336,1	3,5	338,6	3,5	341,3	3,5	339,6	3,5	339,1	3,5
Outras Despesas Obrigatórias	252,5	2,6	282,0	2,9	279,5	2,9	324,7	3,3	317,7	3,3
Despesas sujeitas à programação orçamentária e financeira	354,0	3,7	352,7	3,7	368,4	3,8	367,1	3,8	368,2	3,8
Obrigatórias com controle de fluxo	223,2	2,3	223,1	2,3	223,2	2,3	225,5	2,3	225,3	2,3
Discricionárias do Executivo	130,8	1,4	129,6	1,3	145,3	1,5	141,6	1,5	143,0	1,5
Resultado primário do Gov. Central (E = C - D)	-76,2	-0,8	-65,2	-0,7	-55,5	-0,6	-46,6	-0,5	24,0	0,2
Resultado do Tesouro Nacional	202,2	2,1	185,6	1,9	201,7	2,1	206,3	2,1	281,7	2,9
Resultado da Previdência Social	-278,4	-2,9	-250,8	-2,6	-257,2	-2,6	-252,9	-2,6	-257,7	-2,7
Teto de Gastos	1.679,6	17,6	1.681,0	17,4	1.681,0	17,3	1.681,0	17,3	1.681,2	17,4
PIB Nominal (R\$ bilhões) e PIB real (%)	9.539,0	2,1	9.647,4	1,5	9.710,9	1,5	9.725,0	2,0	9.660,8	2,7
IPCA % a.a.	4,7		6,6		7,9		7,2		6,3	

Fonte: LOA 2022, Decreto 10.961 e alterações. Elaboração IFI.

Projeções da IFI para 2022 e 2023

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2022			2023		
	Setembro	Outubro	Comparação	Setembro	Outubro	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,61	2,61	=	0,59	0,59	=
PIB – nominal (R\$ bilhões)	9.784,87	9.751,56	▼	10.407,87	10.339,82	▼
IPCA – acum. (% no ano)	6,44	5,78	▼	4,92	4,78	▼
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,20	5,21	▲	5,22	5,21	▼
Ocupação - crescimento (%)	7,30	7,30	=	0,28	0,28	=
Massa salarial - crescimento (%)	4,19	4,62	▲	0,59	0,59	=
Selic – fim de período (% a.a.)	13,75	13,75	=	10,50	11,00	▲
Juros reais ex-ante (% a.a.)	6,03	6,53	▲	4,91	4,78	▼
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	1,33	1,12	▼	0,07	-0,04	▼
<i>dos quais Governo Central</i>	0,73	0,52	▼	0,07	-0,04	▼
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	7,33	6,17	▼	6,26	5,59	▼
Resultado Nominal (% do PIB)	-6,00	-5,05	▲	-6,19	-5,63	▲
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	78,05	77,33	▼	80,20	79,19	▼